

Prospecto de Distribuição Pública das Quotas da Primeira Emissão do

INDÚSTRIAS SUCROALCOOLEIRAS FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES

CNPJ/MF n.º 08.618.291/0001-98

Código ISIN das Quotas: BRISUCCTF007

Administração e Distribuição



Mellon Serviços Financeiros

MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Distribuição pública de 25.000 (vinte e cinco mil) quotas de uma única classe, nominativas e escriturais, da primeira emissão ("Quotas" e "Primeira Emissão", respectivamente) do Indústrias Sucrialcooleiras Fundo de Investimento em Participações ("Fundo"), totalizando:

R\$ 25.000.000,00
(vinte e cinco milhões de reais)

O Fundo, um condomínio fechado constituído nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") n.º 391/03, tem por objetivo preponderante obter rendimentos de longo prazo aos quotistas do Fundo, por meio de investimentos em valores mobiliários, tais como, ações, debêntures, bônus de subscrição e/ou outros títulos e valores mobiliários conversíveis e/ou permutáveis em ações, conforme admitido na regulamentação ("Valores Mobiliários"), de emissão de companhias que tenham por objeto social participar, direta e/ou indiretamente, de atividades relacionadas com a produção, comercialização, beneficiamento ou industrialização de produtos ou insumos agropecuários ou de máquinas e implementos utilizados na atividade agropecuária, nos setores açucareiro e alcooleiro e, quando for o caso, de emissão de outras companhias que atendam aos requisitos descritos no Regulamento e neste Prospecto (as companhias que sejam passíveis de investimento pelo Fundo, as "Companhias Alvo").

As Quotas serão objeto de distribuição pública exclusivamente no mercado brasileiro, em mercado de balcão não organizado ("Oferta"), coordenada pela Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., sociedade devidamente autorizada pela CVM a administrar fundos de investimento e gerir carteiras de títulos e valores mobiliários, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Presidente Wilson, n.º 231, 11º andar, Centro, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 02.201.501/0001-61, na qualidade de administrador do Fundo ("Administrador"). A Primeira Emissão é composta por 25.000 (vinte e cinco mil) Quotas com preço inicial de emissão de R\$1.000,00 (mil reais) cada uma, totalizando a Primeira Emissão o montante equivalente a até R\$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais).

O Fundo foi constituído e a Primeira Emissão foi deliberada por ato do Administrador, em 22 de janeiro de 2007, sendo que seu regulamento encontra-se registrado no 4º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, sob n.º 719714, desde 22 de janeiro de 2007 ("Regulamento"). A Oferta foi registrada na CVM, nos termos da Instrução CVM n.º 391/03 e da Instrução CVM n.º 400/03.

Os investidores devem ler a Seção Fatores de Risco deste Prospecto. Ainda que o Administrador e o Gestor (conforme abaixo definido) mantenham sistema de gerenciamento de riscos da carteira de investimentos do Fundo ("Carteira"), não há garantia de completa eliminação de possibilidade de perdas para o Fundo e para o investidor. Qualquer rentabilidade obtida pelo Fundo não representa garantia de rentabilidade futura. O Fundo não conta com garantia do Administrador, do Gestor, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos – FGC.

As informações contidas neste Prospecto estão em consonância com o Regulamento do Fundo, porém não o substituem. É recomendada a leitura cuidadosa tanto deste Prospecto quanto do Regulamento, com especial

atenção às cláusulas do Regulamento relativas ao objetivo do Fundo, à sua política de investimento e à composição de sua Carteira, bem como às disposições deste Prospecto que tratam sobre os fatores de risco aos quais o Fundo está sujeito, conforme descrito na Seção 3 deste Prospecto, nas páginas 15 a 18.

Todo quotista, ao ingressar no Fundo, deverá atestar, por meio de termo de adesão ao Regulamento e ciência de risco, que recebeu exemplar deste Prospecto e do Regulamento, que tomou ciência dos objetivos do Fundo, de sua política de investimento, da composição da Carteira (inclusive quanto à possibilidade de utilização de instrumentos derivativos), da taxa de administração devida ao Administrador, dos riscos associados ao seu investimento no Fundo e da possibilidade de ocorrência de variação e perda no patrimônio líquido do Fundo, e, consequentemente, de perda, parcial ou total, do capital investido pelo investidor.

As Quotas do Fundo serão admitidas à negociação no sistema de negociação SOMA FIX, operacionalizado pela Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA, sendo que o Administrador poderá registrar as Quotas para negociação no sistema de negociação BOVESPA FIX, também operacionalizado pela BOVESPA.

“Este Prospecto foi preparado com as informações necessárias ao atendimento das disposições do Código de Auto-Regulação da ANBID para os fundos de investimento, bem como das normas emanadas da Comissão de Valores Mobiliários.”

O Fundo somente poderá operar no mercado de derivativos para fins de proteção patrimonial, mediante a participação em operações com opções que tenham como ativo subjacente Valores Mobiliários que integrem a Carteira do Fundo ou no qual haja direito de conversão. Tais estratégias de derivativos, da forma como são adotadas, podem resultar em perdas patrimoniais para os quotistas do Fundo.

“A autorização para funcionamento do Fundo e/ou negociação das Quotas não implica, por parte da CVM, garantia de veracidade das informações prestadas ou julgamento sobre a qualidade do Fundo, do Administrador e demais instituições prestadoras de serviços ao Fundo.”

A data deste Prospecto é 26 de janeiro de 2007

ÍNDICE

1. DEFINIÇÕES	5
2. TERMOS E CONDIÇÕES DA OFERTA	9
Características da Oferta	10
Negociação das Quotas	12
Custos de Distribuição Pública das Quotas.....	12
Outras Informações	12
Identificação dos Assessores Legais e Auditores Independentes	13
Declaração do Administrador	14
3. FATORES DE RISCO	15
Restrições ao Resgate de Quotas e Liquidez Reduzida.....	16
Propriedade de Quotas vs. Propriedade dos Valores Mobiliários	16
Liquidez Reduzida dos Valores Mobiliários	16
Pagamento Condicionado ao Retorno das Companhias Investidas.....	17
Concentração da Carteira nos Valores Mobiliários e/ou Outros Ativos	17
Não Existência de Garantia de Rentabilidade	17
Riscos Provenientes do Uso de Derivativos	17
Outros Riscos	17
4. INDÚSTRIAS SUCROALCOOLEIRAS FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES	19
Forma, Base Legal e Prazo de Duração	20
Público Alvo e Valor Mínimo de Investimento.....	20
Administração e Gestão do Fundo.....	20
Prestadores de Serviço do Fundo	21
Objetivo do Fundo	22
Comitê de Investimento	22
Investimentos do Fundo.....	23
Período de Investimentos para a Formação da Carteira.....	25
Características, Direitos, Emissão, Subscrição, Integralização e Amortização das Quotas	25
Condições de Amortização e Resgate das Quotas	29
Demonstrações Financeiras e Avaliação do Patrimônio Líquido do Fundo.....	31
Inadimplência dos Quotistas.....	32
Liquidação do Fundo e de seus Investimentos	31
Assembléia Geral de Quotistas.....	33
Situações de Conflitos de Interesses	34
Política de Divulgação de Informações Relativas ao Fundo	34
Taxa de Administração e Encargos do Fundo.....	35
Regras de Tributação do Fundo e dos Quotistas do Fundo	37
Atendimento aos Quotistas.....	39

Anexo I - Cópia do Instrumento de Deliberação de Constituição do Fundo

Anexo II - Cópia do Regulamento do Fundo em vigor na data deste Prospecto

Anexo III - Declaração do Administrador, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM n.º 400/03

1. DEFINIÇÕES

DEFINIÇÕES

Para os fins deste Prospecto, os termos e expressões contidos nesta seção, no singular ou no plural, terão o seguinte significado:

Administrador	Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., sociedade devidamente autorizada pela CVM para o exercício profissional de administração de fundos de investimento e gestão de carteira de valores mobiliários, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Presidente Wilson, n.º 231, 11º andar, Centro, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 02.201.501/0001-61
Auditores Independentes	Na data deste Prospecto, a empresa de auditoria contratada pelo Fundo era a KPMG Auditores Independentes, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Doutor Renato Paes de Barros, n.º 33, 17º andar, Itaim Bibi, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 57.755.217/0001-29
Bovespa	Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA
Carteira	Carteira de investimentos do Fundo, formada por Valores Mobiliários e Outros Ativos, de acordo com os critérios de diversificação e composição estabelecidos no Regulamento
Chamadas de Capital	Hipóteses em que os Quotistas do Fundo serão chamados a aportar recursos no Fundo, mediante a integralização parcial ou total das Quotas que tenham sido subscritas por cada um dos Quotistas, nos termos dos Compromissos de Investimento celebrados com o Fundo. As Chamadas de Capital serão realizadas pelo Administrador, de acordo com as instruções do Comitê de Investimento, na medida em que o Comitê de Investimento (i) identifique oportunidades e/ou necessidades de investimento em Companhias Alvo e/ou nas Companhias Investidas, ou (ii) identifique necessidades de recebimento de aportes adicionais de recursos para pagamento de despesas e encargos
Companhia(s) Investida(s)	Qualquer companhia cujos Valores Mobiliários venham a integrar a Carteira do Fundo
Companhias Alvo	As companhias que atendam aos requisitos descritos no Regulamento, de forma que sejam passíveis de investimento pelo Fundo
Compromisso de Investimento	Instrumento Particular de Compromisso de Investimento para Subscrição e Integralização de Quotas, que será assinado pelo investidor na data de subscrição de suas Quotas, por meio do qual o investidor se comprometerá, de forma irrevogável e irretratável, a integralizar determinada quantidade de Quotas por ele subscritas

Custodiante	O Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, s/ n.º, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 60.746.948/0001-12
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
Data de Encerramento para Subscrição da Primeira Emissão de Quotas	180 (cento e oitenta) dias contados da data de registro da Primeira Emissão na CVM
Instrução CVM n.º 391/03	Instrução da Comissão de Valores Mobiliários n.º 391, de 16 de julho de 2003, conforme alterada
Instrução CVM n.º 400/03	Instrução da Comissão de Valores Mobiliários n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada
Instrução CVM n.º 409/04	Instrução da Comissão de Valores Mobiliários n.º 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada
Outros Ativos	Além dos Valores Mobiliários, outros ativos que podem ser objeto de aquisição pelo Fundo, quais sejam, quotas de emissão de fundos de investimento classe renda fixa e/ou referenciado DI, regulados pela Instrução CVM n.º 409/04, bem como títulos públicos federais, no limite de até 10% (dez por cento) do patrimônio líquido do Fundo, conforme definido no regulamento
Patrimônio Inicial	O patrimônio inicial do Fundo após a Primeira Emissão, formado por até 25.000 (vinte e cinco mil) Quotas
Patrimônio Líquido	A soma algébrica do disponível com o valor da Carteira, mais os valores a receber, menos as exigibilidades
Período de Investimentos	Período de investimentos do Fundo em Valores Mobiliários que se iniciará na Data de Encerramento para Subscrição da Primeira Emissão e se estenderá por até 10 (dez) anos
Preço de Emissão	O preço unitário de emissão das Quotas do Fundo, na primeira data de emissão, sendo o Preço de Emissão das Quotas da Primeira Emissão correspondente a R\$1.000,00 (mil reais)
Preço de Integralização	Preço de integralização das Quotas do Fundo, correspondente ao valor da Quota na data da integralização
Primeira Emissão	Primeira emissão de Quotas do Fundo, composta por 25.000 (vinte e cinco mil) Quotas, totalizando o montante equivalente a até R\$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais)
Prospecto	Este prospecto do Indústrias Sucroalcooleiras Fundo de Investimento em Participações
Quotas	Quotas de uma única classe, nominativas e escriturais, de emissão do Fundo
Quotista Inadimplente	Quotista que deixe de cumprir, total ou parcialmente, sua obrigação de aportar recursos no Fundo, mediante integralização de Quotas por ele subscritas, conforme estabelecido no respectivo Compromisso de

	Investimento
Quotistas	Investidores que venham a adquirir Quotas de emissão do Fundo
Regulamento	Regulamento do Fundo, anexo ao Prospecto
Taxa de Administração	Remuneração devida ao Administrador pelos serviços de administração do Fundo, correspondente a um percentual fixo ao ano, conforme consta da Cláusula Dezesseis do Regulamento
Valores Mobiliários	Ações, debêntures, bônus de subscrição e/ou outros títulos e valores mobiliários conversíveis e/ou permutáveis em ações emitidos pelas Companhias Alvo e/ou Companhias Investidas

Outros termos e expressões contidos neste Prospecto, que não tenham sido definidos nesta seção, terão o significado que lhes for atribuído no próprio Prospecto, bem como no Regulamento do Fundo.

2. TERMOS E CONDIÇÕES DA OFERTA

TERMOS E CONDIÇÕES DA OFERTA

2.1. Características da Oferta

2.1.1. A Oferta

As Quotas da Primeira Emissão serão objeto de distribuição pública exclusivamente no mercado brasileiro, em mercado de balcão não organizado. A Oferta será conduzida exclusivamente pela Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., na qualidade de instituição administradora do Fundo.

2.1.2. Público Alvo da Oferta

O Fundo é destinado exclusivamente a investidores qualificados, conforme definidos pelo artigo 109 da Instrução CVM n.º 409/04.

2.1.3. Registro da Oferta das Quotas

A Oferta foi registrada na CVM nos termos da Instrução CVM n.º 391/03 e da Instrução CVM n.º 400/03.

2.1.4. Quantidade de Quotas da Primeira Emissão

A Primeira Emissão é composta por 25.000 (vinte e cinco mil) Quotas, todas correspondentes a frações ideais do patrimônio líquido do Fundo, com preço inicial de emissão de R\$1.000,00 (mil reais) por Quota, em montante total de até R\$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais).

2.1.5. Preço de Emissão no Âmbito da Oferta

O Preço de Emissão das Quotas da Primeira Emissão foi fixado em R\$1.000,00 (mil reais) por Quota.

2.1.6. Procedimento de Subscrição e Integralização das Quotas e Prazo de Colocação

No ato de subscrição das Quotas do Fundo representativas do Patrimônio Inicial, o subscritor (i) assinará o boletim individual de subscrição, que será autenticado pelo Administrador, (ii) se comprometerá, de forma irrevogável e irretratável, a integralizar determinada quantidade de Quotas por ele subscritas, nos termos do Compromisso de Investimento, o qual, uma vez assinado, passará a fazer parte integrante do Regulamento e (iii) receberá exemplar atualizado do Regulamento e deste Prospecto, quando deverá declarar, por meio da assinatura de termo de adesão ao Regulamento e ciência de risco, que está ciente das disposições contidas no Compromisso de Investimento, no Regulamento e neste Prospecto, nos termos da regulamentação aplicável.

As Quotas representativas do Patrimônio Inicial deverão ser totalmente subscritas dentro do prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias contados da data de registro da Primeira Emissão na CVM, nos termos da

regulamentação aplicável. As Quotas representativas do Patrimônio Inicial que não forem subscritas até a Data de Encerramento para Subscrição da Primeira Emissão serão canceladas pelo Administrador.

A integralização das Quotas representativas do Patrimônio Inicial deverá ser realizada no prazo máximo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias contados da data de registro da Primeira Emissão na CVM, nos termos da regulamentação aplicável.

As Quotas do Fundo serão integralizadas pelo Preço de Integralização, conforme solicitação que venha a ser realizada pelo Administrador, de acordo com as instruções do Comitê de Investimento. Na medida em que o Comitê de Investimento (i) identifique oportunidades e/ou necessidades de investimento em Companhias Alvo e/ou nas Companhias Investidas, ou (ii) identifique necessidades de recebimento de aportes adicionais de recursos para pagamento de despesas e encargos, o Comitê de Investimento solicitará ao Administrador que notifique os Quotistas de tal necessidade e envie aos Quotistas Chamadas de Capital, para a integralização parcial ou total das Quotas que tenham sido subscritas por cada um dos Quotistas, nos exatos termos dos respectivos Compromissos de Investimento celebrados com o Fundo.

O pagamento do Preço de Integralização deverá ser realizado em moeda corrente nacional, por meio de ordem de pagamento, débito em conta corrente, documento de ordem de crédito, ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil.

2.1.7. Cronograma de Etapas da Oferta

Início da Oferta	A Oferta, devidamente registrada perante a CVM, terá início após a publicação do anúncio de início.
Prazo de Colocação	As Quotas representativas do Patrimônio Inicial deverão ser totalmente subscritas dentro do prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias contados da data de registro da Primeira Emissão na CVM.
Manifestação de aceitação da Oferta pelos investidores	Iniciada a Oferta, os investidores interessados em adquirir Quotas no âmbito da Oferta poderão manifestar a sua intenção de adquirir Quotas no âmbito da Oferta junto ao Administrador, a qualquer momento a partir do 1º (primeiro) dia útil do prazo de colocação e até 2 (dois) dias úteis anteriores à data de publicação do anúncio de encerramento da Oferta, por meio da assinatura dos respectivos boletins de subscrição de Quotas.
Distribuição junto ao público	As Quotas serão colocadas exclusivamente junto a investidores qualificados, conforme definidos na Instrução CVM n.º 409/04.
Subscrição e Integralização de Quotas	No ato de subscrição das Quotas do Fundo representativas do Patrimônio Inicial, o subscritor (i) assinará o boletim individual de subscrição, que será autenticado pelo Administrador, (ii) se comprometerá, de forma irrevogável e irretratável, a integralizar determinada quantidade de Quotas por ele subscritas, nos termos do Compromisso de Investimento, o qual, uma vez assinado, passará a fazer parte integrante do Regulamento e (iii) receberá exemplar atualizado do Regulamento e do Prospecto, quando deverá declarar, por meio da assinatura de termo de adesão ao Regulamento e ciência de risco, que está ciente das disposições contidas no Compromisso de Investimento, no Regulamento e no Prospecto. A integralização das Quotas representativas do Patrimônio Inicial deverá ser realizada no prazo máximo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias contados da data de registro da Primeira Emissão na CVM. O pagamento do Preço de Integralização deverá ser realizado em moeda corrente nacional, por meio de ordem de pagamento, débito em conta corrente,

	documento de ordem de crédito, ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil.
Divulgação do Resultado da Oferta	O resultado da Oferta será divulgado ao término da Oferta, por meio da publicação de anúncio de encerramento no periódico utilizado para realizar as publicações relativas ao Fundo.

2.1.8. Valor Mínimo de Investimento

A aplicação inicial de cada Quotista no Fundo deverá ser equivalente ao montante de, no mínimo, R\$100.000,00 (cem mil reais).

2.2. Negociação das Quotas

As Quotas do Fundo serão registradas para negociação no sistema de negociação SOMA FIX, operacionalizado pela BOVESPA, sendo que o Administrador poderá registrar as Quotas para negociação no sistema de negociação BOVESPA FIX, também operacionalizado pela BOVESPA.

Caberá ao intermediário, no caso de operações de aquisição de Quotas nesses mercados, assegurar a condição de investidor qualificado do adquirente de Quotas. Em se tratando de negociação privada, o Administrador será responsável por comprovar a qualificação do investidor que estiver adquirindo Quotas do Fundo, de forma a cumprir com o disposto na Cláusula Dois do Regulamento.

2.3. Custos de Distribuição Pública das Quotas

Além dos custos relativos ao pagamento da taxa de registro da Oferta perante a CVM e às publicações relativas à Oferta, o Administrador não incorreu em outros custos relacionados à distribuição pública das Quotas. Tendo em vista que o Administrador, na qualidade de sociedade integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, será o único responsável pela distribuição pública das Quotas da Primeira Emissão junto ao público investidor, não serão devidas pelo Fundo quaisquer comissões referentes à colocação pública das Quotas da Primeira Emissão.

Adicionalmente, os custos relativos à contratação dos Auditores Independentes somente serão incorridos pelo Fundo a partir do início das atividades do Fundo, de forma que tais custos não estão diretamente relacionados com a colocação pública das Quotas.

2.4. Outras Informações

Para maiores esclarecimentos a respeito da Oferta e do Fundo, bem como para obtenção de cópias do Regulamento, deste Prospecto e dos demonstrativos financeiros e relatórios de administração do Fundo, os interessados deverão dirigir-se à CVM, à BOVESPA e/ou à sede do Administrador, ou acessar as respectivas páginas (*websites*) mantidas por cada um na rede mundial de computadores, conforme indicados abaixo.

Administrador:

Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Avenida Presidente Wilson, n.º 231, 11º andar
Rio de Janeiro – RJ

At.: Sra. Simone Rosa
Tel.: (21) 3974-4535
Fax.: (21) 3974-4501
Correio Eletrônico: clientservice@mellonbrasil.com.br
Website: <http://www.mellonservicosfinanceiros.com.br>

Comissão de Valores Mobiliários – CVM
Rua Sete de Setembro, n.º 111, 5º andar
Rio de Janeiro – RJ

Rua Cincinato Braga, n.º 340, 2º ao 4º andares
São Paulo – SP
Website: www.cvm.gov.br

Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA
Rua XV de Novembro, n.º 275
São Paulo - SP
Website: www.bovespa.com.br

2.5. Identificação dos Assessores Legais e Auditores Independentes

2.5.1. Assessores Legais

Os assessores legais do Fundo podem ser contatados no seguinte endereço:

Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. e Quiroga Advogados
Alameda Joaquim Eugênio de Lima, n.º 447
São Paulo – SP

At.: Dra. Marina Procknor e Dr. André Costa De Vita
Tel.: (11) 3147-7822
Fax: (11) 3147-7770
Correio eletrônico: marina@mattosfilho.com.br/acdevita@mattosfilho.com.br

2.5.2. Auditores Independentes

Os auditores responsáveis pela auditoria/revisão das demonstrações financeiras do Fundo podem ser contatados no seguinte endereço:

KPMG Auditores Independentes
Rua Dr. Renato Paes de Barros, n.º 33, 17º andar
São Paulo – SP
Tel.: (11) 3067-3000
Fax: (11) 3079-3752
Website: www.kpmg.com.br

2.6. Declaração do Administrador

Nos termos do artigo 56 da Instrução CVM n.º 400/03, o Administrador, na qualidade de instituição responsável pela colocação pública das Quotas da Primeira Emissão, declara que (i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro do Fundo e fornecidas ao mercado durante o período de realização da Oferta; e (ii) este Prospecto contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da Oferta, das Quotas, do Fundo e da política de investimento do Fundo, além dos riscos inerentes ao investimento no Fundo pelos investidores, e suficientes à tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta, tendo sido elaborado de acordo com as normas pertinentes, conforme declaração anexa a este Prospecto, assinada pelos Srs. José Carlos Xavier de Oliveira, na qualidade de diretor estatutário do Administrador, e [●], na qualidade de procurador do Administrador.

3. FATORES DE RISCO

FATORES DE RISCO

Antes de tomar uma decisão de investimento no Fundo, os potenciais investidores devem, considerando sua própria situação financeira, seus objetivos de investimento e o seu perfil de risco, avaliar cuidadosamente todas as informações disponíveis neste Prospecto e no Regulamento, inclusive, mas não se limitando, àquelas relativas ao objetivo, política de investimento e composição da Carteira do Fundo e aos fatores de risco descritos a seguir.

As aplicações realizadas no Fundo e pelo Fundo não contam com garantia do Administrador, do Gestor, de qualquer mecanismo de seguro ou do Fundo Garantidor de Créditos – FGC, podendo ocorrer, inclusive, perda total do patrimônio do Fundo e, conseqüentemente, do capital investido pelos Quotistas.

3.1. Restrições ao Resgate de Quotas e Liquidez Reduzida

O Fundo, constituído sob forma de condomínio fechado, não admite o resgate de suas Quotas a qualquer momento. As amortizações parciais e/ou total das Quotas serão promovidas pelo Administrador, a qualquer momento durante o prazo de duração do Fundo, a exclusivo critério e mediante orientação do Comitê de Investimento, sempre no melhor interesse do Fundo, na medida em que o valor de ganhos e rendimentos do Fundo, em função de seus investimentos nos Valores Mobiliários e Outros Ativos, sejam suficientes para o pagamento do valor de todas as exigibilidades e provisões do Fundo, ou na data de liquidação do Fundo. Caso os Quotistas queiram se desfazer dos seus investimentos no Fundo, será necessária a venda das suas Quotas no mercado secundário, devendo ser observado, para tanto, os termos e condições dos Compromissos de Investimento referentes à integralização de suas Quotas e o disposto no Regulamento. Ainda, considerando tratar-se de um produto novo e que o mercado secundário existente no Brasil para negociação de quotas de fundos de investimento em participações apresenta baixa liquidez, os Quotistas do Fundo poderão ter dificuldade em realizar a venda das suas Quotas e/ou poderão obter preços reduzidos na venda de suas Quotas.

3.2. Propriedade de Quotas vs. Propriedade dos Valores Mobiliários

Apesar da Carteira do Fundo ser constituída, predominantemente, pelos Valores Mobiliários, a propriedade das Quotas não confere aos Quotistas propriedade direta sobre os Valores Mobiliários. Os direitos dos Quotistas são exercidos sobre todos os ativos da Carteira de modo não individualizado, proporcionalmente ao número de Quotas possuídas.

3.3. Liquidez Reduzida dos Valores Mobiliários

Caso o Fundo precise se desfazer de parte ou da totalidade dos Valores Mobiliários antes do planejado, há o risco de não haver comprador para tais Valores Mobiliários e/ou o preço de negociação obtido poderá ser bastante reduzido devido à baixa liquidez no mercado, causando perda de patrimônio do Fundo e, conseqüentemente, do capital investido pelos Quotistas.

3.4. Pagamento Condicionado ao Retorno das Companhias Investidas

Os recursos gerados pelo Fundo serão provenientes dos dividendos, juros sobre capital próprio, bonificações e quaisquer outras remunerações que sejam atribuídas aos Valores Mobiliários e ao retorno do investimento nas Companhias Investidas. A capacidade do Fundo de amortizar as Quotas está condicionada ao recebimento pelo Fundo dos recursos acima citados.

3.5. Concentração da Carteira nos Valores Mobiliários e/ou Outros Ativos

O Fundo poderá adquirir Valores Mobiliários de emissão de uma única Companhia Investida e Outros Ativos de emissão de um único emissor, sendo que, além do disposto na Cláusula Três e na Cláusula Quatro do Regulamento, não existirão quaisquer outros critérios de concentração e/ou diversificação para os Valores Mobiliários e para os Outros Ativos que poderão compor a Carteira do Fundo, o que implicará em risco de concentração dos investimentos do Fundo em Valores Mobiliários e/ou Outros Ativos de um único emissor e de pouca liquidez, e poderá, eventualmente, acarretar em perdas patrimoniais ao Fundo e aos Quotistas do Fundo, tendo em vista, principalmente, que os resultados do Fundo poderão depender integralmente dos resultados atingidos por uma única Companhia Investida cujos Valores Mobiliários venham a integrar a Carteira, bem como dos setores econômicos de atuação de tais Companhias Investidas.

3.6. Não existência de Garantia de Rentabilidade

A verificação de rentabilidade passada em qualquer fundo de investimento em participações no mercado ou no próprio Fundo não representa garantia de rentabilidade futura. Adicionalmente, a aplicação dos recursos do Fundo em projetos que possuem riscos relacionados à capacidade de geração de receitas e pagamento de suas obrigações não permite, portanto, determinar qualquer parâmetro de rentabilidade seguro para as Quotas do Fundo.

3.7. Riscos Provenientes do Uso de Derivativos

O Fundo somente poderá operar no mercado de derivativos para fins de proteção patrimonial, mediante a participação em operações com opções que tenham como ativo subjacente Valores Mobiliários que integrem a Carteira do Fundo ou no qual haja direito de conversão. A contratação pelo Fundo de modalidades de operações de derivativos poderá acarretar variações no valor de seu patrimônio líquido superiores àquelas que ocorreriam se tais estratégias não fossem utilizadas. Tal situação poderá, ainda, implicar em perdas patrimoniais ao Fundo e aos Quotistas.

3.8. Outros Riscos

As aplicações realizadas no Fundo não contam com garantia do Administrador, do Gestor, de qualquer mecanismo de seguro ou do Fundo Garantidor de Créditos – FGC.

4. INDÚSTRIAS SUCROALCOOLEIRAS FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES

INDÚSTRIAS SUCROALCOOLEIRAS FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES

Os termos utilizados nesta seção do Prospecto terão o mesmo significado que lhes é atribuído no Regulamento e na seção "Definições" deste Prospecto. Esta seção traz um breve resumo dos capítulos do Regulamento, sendo que a sua leitura não substitui a leitura do Regulamento.

4.1. Forma, Base Legal e Prazo de Duração

O Indústrias Sucroalcooleiras Fundo de Investimento em Participações, constituído sob a forma de condomínio fechado, é regulado pela CVM e tem como base legal a Instrução CVM n.º 391/03, estando adicionalmente sujeito aos termos e condições previstos em seu Regulamento.

O Fundo tem prazo de duração de 20 (vinte) anos a contar da Data de Encerramento para Subscrição da Primeira Emissão, prorrogável por um período adicional de até 2 (dois) anos, mediante deliberação da Assembléia Geral de Quotistas do Fundo, observado o quorum de deliberação estabelecido no Regulamento.

4.2. Público Alvo e Valor Mínimo de Investimento

O Fundo é destinado exclusivamente a investidores qualificados, nos termos do artigo 109 da Instrução CVM n.º 409/04.

O valor mínimo de aplicação inicial no Fundo de cada investidor interessado em adquirir Quotas do Fundo é de R\$ 100.000,00 (cem mil reais). Não existe valor mínimo de aplicação para manutenção de investimentos no Fundo após a aplicação inicial de cada Quotista.

4.3. Administração e Gestão do Fundo

4.3.1. Administrador

O Fundo é administrado pela Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., sociedade devidamente autorizada a administrar fundos de investimento pela CVM, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Presidente Wilson, n.º 231, 11º andar, Centro, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 02.201.501/0001-61, que também será responsável pela controladoria do Fundo. O Administrador contratou a Mellon Global Investments Brasil S/C Ltda., sociedade devidamente autorizada pela CVM para o exercício profissional de administração de carteiras de investimentos, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Almirante Barroso, n.º 52, sala 3301, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 05.236.848/0001-38, para realizar a gestão da Carteira do Fundo.

O diretor do Administrador responsável civil e criminalmente pela gestão, supervisão e acompanhamento do Fundo, bem como pela prestação de informações a ele relativas, nos termos da regulamentação em vigor, é o Sr. José Carlos Xavier de Oliveira, brasileiro, divorciado, economista, portador da Cédula de Identidade R.G. n.º 04.667.892 IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob n.º 003.888.737-10.

Observada a regulamentação em vigor e os dispositivos do Regulamento, o Administrador, na qualidade de representante do Fundo, tem poderes para praticar todos e quaisquer atos necessários à administração do Fundo e para exercer os direitos inerentes à Carteira, inclusive o de ação e o de comparecer e votar em assembléias gerais, de qualquer natureza, dos emissores dos Valores Mobiliários integrantes da Carteira.

4.3.2. Renúncia e Destituição do Administrador

O Administrador poderá renunciar à administração do Fundo, mediante aviso por escrito endereçado a cada Quotista e à CVM com antecedência de, no mínimo, 60 (sessenta) dias. Nessa hipótese, o Administrador deverá convocar a Assembléia Geral de Quotistas para deliberar sobre a sua substituição (observado o quorum de deliberação disposto no Regulamento), a qual deverá ser realizada no prazo de até 10 (dez) dias contados da data de encaminhamento da notificação ora referida. Na hipótese de renúncia, o Administrador continuará obrigado a prestar os serviços de administração do Fundo até que outra instituição venha a lhe substituir, devendo receber, para tanto, a Taxa de Administração.

Caso a Assembléia Geral de Quotistas de que trata o parágrafo acima (i) não nomeie instituição habilitada para substituir o Administrador ou (ii) não obtenha quorum suficiente para deliberar sobre a substituição do Administrador ou a liquidação antecipada do Fundo, o Administrador procederá à liquidação automática do Fundo, sem necessidade de aprovação dos Quotistas, dentro do prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias contados da data estabelecida para a realização da Assembléia Geral de Quotistas.

O Administrador poderá ser destituído de suas funções na hipótese de descredenciamento por parte da CVM e/ou por vontade exclusiva dos Quotistas reunidos em Assembléia Geral de Quotistas, observado o quorum de deliberação previsto no Regulamento.

4.4. Prestadores de Serviço do Fundo

4.4.1. Custodiante

A custódia dos Valores Mobiliários e Outros Ativos integrantes da Carteira e a escrituração das Quotas serão realizadas por instituição devidamente qualificada a prestar serviços de custódia e escrituração, o Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, s/ n.º, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 60.746.948/0001-12. Os serviços prestados pelo Custodiante ao Fundo constituem encargos do Fundo.

4.4.2. Auditor Independente

A empresa de auditoria contratada pelo Fundo é a KPMG Auditores Independentes, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Doutor Renato Paes de Barros, n.º 33, 17º andar, Itaim Bibi, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 57.755.217/0001-29, ou seu sucessor no exercício dessas funções,

responsável pela revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo e pela análise de sua situação, bem como da atuação do Administrador.

4.5. Objetivo do Fundo

O objetivo preponderante do Fundo é obter rendimentos de longo prazo a seus Quotistas, por meio de investimentos em valores mobiliários, tais como ações, debêntures, bônus de subscrição e/ou outros títulos e valores mobiliários conversíveis e/ou permutáveis em ações, conforme admitido na regulamentação, de emissão de companhias que tenham por objeto social participar, direta e/ou indiretamente, de atividades relacionadas com a produção, comercialização, beneficiamento ou industrialização de produtos ou insumos agropecuários ou de máquinas e implementos utilizados na atividade agropecuária, nos setores açucareiro e alcooleiro, e, quando for o caso, de emissão de outras companhias que atendam aos requisitos descritos neste Prospecto.

Os investimentos do Fundo nos Valores Mobiliários deverão sempre propiciar a participação do Fundo na administração da Companhia Investida, com efetiva influência do Fundo, de forma direta e/ou indireta, na definição de sua política estratégica e na sua gestão, inclusive, mas não se limitando, por meio da: (i) indicação pelo Fundo de membros do conselho de administração ou da diretoria da Companhia Investida, (ii) titularidade de Valores Mobiliários que integrem o bloco de controle da Companhia Investida e/ou (iii) participação em acordo de acionistas da Companhia Investida.

4.6. Comitê de Investimento

O Fundo terá um Comitê de Investimento, formado por até 3 (três) membros, escolhidos dentre pessoas de notório conhecimento e de ilibada reputação, não podendo ser eleitos funcionários, diretores e representantes do Administrador e do Gestor. As decisões do Comitê de Investimento relativas às matérias elencadas no Regulamento serão necessariamente executadas pelo Administrador ou pelo Gestor, conforme o caso, observado o disposto no Regulamento.

Os membros do Comitê de Investimento terão mandato que perdurará pelo prazo de duração do Fundo, podendo renunciar ao cargo ou ser substituídos a qualquer momento antes do término de tal prazo. Os membros do Comitê de Investimento serão eleitos ou substituídos pelos Quotistas reunidos em Assembléia Geral, observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula Dez do Regulamento.

Sem prejuízo de outras obrigações e responsabilidades previstas no Regulamento, o Comitê de Investimento terá as atribuições elencadas no item 6.3. do Regulamento.

Os membros do Comitê de Investimento reunir-se-ão sempre que necessário, atendendo a convocação feita por escrito pelo Administrador ou qualquer de seus membros com 5 (cinco) dias úteis de antecedência. A convocação será dispensada quando estiverem presentes à reunião todos os membros do Comitê de Investimento. O Administrador e o Gestor terão a faculdade de participar das reuniões do Comitê de Investimento, sem direito a voto.

As reuniões do Comitê de Investimento serão instaladas com a presença de, no mínimo, um de seus membros eleitos.

Os membros do Comitê de Investimento não receberão qualquer remuneração pelo exercício de suas funções.

4.7. Investimentos do Fundo

Os investimentos do Fundo nos Valores Mobiliários serão realizados pelo Gestor, mediante ordem e orientação do Comitê de Investimento, mediante estrita observância dos termos e condições estabelecidos no Regulamento, podendo ser realizados por meio de negociações privadas e/ou negociações realizadas em bolsa de valores ou mercado de balcão. Os investimentos do Fundo em Outros Ativos serão realizados, a exclusivo critério do Gestor, por meio de negociações realizadas em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado ou sistema de registro autorizado a funcionar pelo Banco Central do Brasil e/ou pela CVM.

Caso o Fundo deseje investir em Companhias Alvo sem registro de companhia aberta perante a CVM ("Companhias Fechadas"), tais Companhias Fechadas somente poderão receber investimentos do Fundo se atenderem, cumulativamente, aos seguintes requisitos:

- (i) o respectivo estatuto social deverá conter disposições que proíbam a emissão de partes beneficiárias pela Companhia Fechada, sendo que, à época da realização de investimento pelo Fundo, não poderão existir quaisquer partes beneficiárias de emissão da Companhia Fechada em circulação;
- (ii) os membros do conselho de administração da Companhia Fechada deverão ter mandato unificado de 1 (um) ano;
- (iii) a Companhia Fechada deverá disponibilizar informações sobre contratos com partes relacionadas, acordos de acionistas, programas de opção de aquisição de ações e outros valores mobiliários de emissão da Companhia Fechada, se houver;
- (iv) a Companhia Fechada deverá ter adesão à câmara de arbitragem para resolução de conflitos societários;
- (v) na hipótese de abertura de capital, mediante realização de distribuição pública de ações e/ou distribuição pública de debêntures e/ou distribuição pública de bônus de subscrição, a Companhia Fechada deverá ter obrigação em seus documentos societários e/ou acordos de acionistas no sentido de aderir a segmento especial de bolsa de valores ou de entidade mantenedora de mercado de balcão organizado que assegure, no mínimo, os níveis diferenciados de práticas de governança corporativa de que tratam os incisos (i) a (iv) acima; e
- (vi) a Companhia Fechada deverá ter demonstrações financeiras auditadas anualmente por auditores independentes registrados na CVM.

4.7.1. Formação e Composição da Carteira

A Carteira do Fundo pode ser composta por:

- (i) preponderantemente, Valores Mobiliários de emissão das Companhias Investidas; e
- (ii) Outros Ativos.

Na formação, manutenção e desinvestimento da Carteira do Fundo devem ser observados os seguintes procedimentos:

- (i) sem prejuízo do disposto no inciso (iv) abaixo, os recursos que venham a ser aportados no Fundo, mediante a integralização de Quotas no âmbito de cada Chamada de Capital, deverão ser utilizados para a aquisição de Valores Mobiliários de emissão de uma ou mais Companhias Investidas dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data em que seja realizada a primeira integralização de Quotas no âmbito de cada Chamada de Capital;
- (ii) até que os investimentos do Fundo nos Valores Mobiliários sejam realizados, quaisquer valores que venham a ser aportados no Fundo, em decorrência da integralização de Quotas, serão aplicados em Outros Ativos e/ou mantidos em caixa, em moeda corrente nacional, a critério do Gestor, no melhor interesse do Fundo e dos Quotistas;
- (iii) durante os períodos que compreendam o recebimento, pelo Fundo, de rendimentos e outras remunerações referentes aos investimentos do Fundo nos Valores Mobiliários e Outros Ativos e a data de distribuição de tais rendimentos e outras remunerações aos Quotistas, a título de pagamento de amortização e/ou ao Administrador, a título de pagamento de Taxa de Administração, tais recursos deverão ser mantidos aplicados em Outros Ativos e/ou mantidos em caixa, em moeda corrente nacional, a critério do Gestor, no melhor interesse do Fundo e dos Quotistas;
- (iv) o Gestor poderá manter parcela correspondente a até 10% (dez por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo aplicado exclusivamente em Outros Ativos, desde que tais recursos sejam necessários ao pagamento de despesas e outros encargos do Fundo, nos termos da regulamentação e do Regulamento.

Caso investimentos do Fundo nas Companhias Investidas não sejam realizados dentro do prazo previsto no inciso (i) acima, o Administrador, conforme orientação do Gestor, convocará imediatamente Assembléia Geral de Quotistas para deliberar sobre (i) a prorrogação do prazo referido no inciso (i) acima ou (ii) a restituição dos valores já aportados no Fundo mediante a integralização de Quotas pelos Quotistas e que sejam referentes aos investimentos em Valores Mobiliários originalmente programados pelo Fundo e que não tenham se concretizado.

Os dividendos, juros sobre capital próprio, bonificações e quaisquer outras remunerações que venham a ser distribuídas em benefício do Fundo, por conta de seus investimentos nos Valores Mobiliários e/ou em Outros Ativos, serão incorporados ao Patrimônio Líquido do Fundo e serão considerados para fins de pagamento de parcelas de amortização aos Quotistas e/ou Taxa de Administração, e/ou, ainda, encargos do Fundo.

O Fundo somente poderá operar no mercado de derivativos para fins de proteção patrimonial, mediante a participação em operações com opções que tenham como ativo subjacente Valores Mobiliários que integrem a Carteira do Fundo ou no qual haja direito de conversão.

4.8. Período de Investimentos para a Formação da Carteira

O Fundo terá um Período de Investimentos em Valores Mobiliários, que se iniciará na Data de Encerramento para Subscrição da Primeira Emissão e se estenderá por até 10 (dez) anos. Durante o Período de Investimentos, o Fundo realizará investimentos exclusivamente nas Companhias Alvo e/ou Companhias Investidas que atendam os critérios descritos no Regulamento, mediante decisão e orientação do Comitê de Investimento, conforme descrito no Regulamento.

Os recursos utilizados pelo Fundo para a realização de investimentos serão aportados pelos Quotistas, mediante subscrição e integralização das Quotas do Fundo, conforme descrito no Regulamento e neste Prospecto.

4.8.1. Novos Aportes de Recursos

Investimentos em Companhias Alvo e/ou em Companhias Investidas poderão ser realizados excepcionalmente fora do Período de Investimentos, mediante decisão do Comitê de Investimento, nos casos:

- (i) de investimentos relativos a obrigações assumidas pelo Fundo e aprovadas pelo Comitê de Investimento antes do término do Período de Investimentos e ainda não concluídos definitivamente; ou
- (ii) de investimentos nas Companhias Investidas ou em suas subsidiárias.

Sem prejuízo do disposto acima, o Comitê de Investimento, observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula Seis do Regulamento, poderá deliberar, a qualquer momento durante o prazo de duração do Fundo, pela interrupção de todo e qualquer investimento do Fundo em Companhias Alvo e/ou nas Companhias Investidas, dando início a um processo de desinvestimento de parte ou da totalidade dos investimentos do Fundo.

4.9. Características, Direitos, Emissão, Subscrição, Integralização e Amortização das Quotas

4.9.1. Características das Quotas e Direitos Patrimoniais

As Quotas do Fundo correspondem a frações ideais de seu Patrimônio Líquido e são de uma única classe.

Todas as Quotas do Fundo terão forma nominativa e serão escriturais, mantidas em conta de depósito em nome de seus titulares, mantida pelo Administrador.

Todas as Quotas farão jus a pagamentos de amortização em iguais condições, observado o disposto no Regulamento e neste Prospecto.

4.9.2. Patrimônio Inicial

O Patrimônio Inicial do Fundo, após a Primeira Emissão de Quotas do Fundo, será formado por até 25.000 (vinte e cinco mil) Quotas, sendo que não existirá quantidade mínima de Quotas a serem subscritas no âmbito da Primeira Emissão.

O Preço de Emissão das Quotas da Primeira Emissão será correspondente a R\$1.000,00 (mil reais), totalizando a Primeira Emissão o montante equivalente a até R\$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais).

4.9.3. Valor das Quotas

As Quotas terão seu valor calculado diariamente, e tal valor será o correspondente à divisão do Patrimônio Líquido do Fundo pelo número de Quotas emitidas e em circulação, na data de apuração do valor das Quotas.

4.9.4. Direito de Voto

Todas as Quotas têm direito de voto nas Assembleias Gerais de Quotistas do Fundo, correspondendo cada Quota a um voto nas Assembleias Gerais de Quotistas do Fundo.

4.9.5. Condições de Emissão e Subscrição de Quotas do Fundo

A emissão de Quotas do Fundo será objeto de registro de distribuição pública na CVM, nos termos da regulamentação aplicável.

As Quotas do Fundo representativas do Patrimônio Inicial serão subscritas pelos Quotistas até a Data de Encerramento para Subscrição da Primeira Emissão e serão integralizadas em moeda corrente nacional de acordo com as Chamadas de Capital que venham a ser apresentadas aos Quotistas, nos termos do Regulamento e deste Prospecto.

No ato de subscrição das Quotas do Fundo representativas do Patrimônio Inicial, o subscritor (i) assinará o boletim individual de subscrição, que será autenticado pelo Administrador, (ii) se comprometerá, de forma irrevogável e irretratável, a integralizar determinada quantidade de Quotas por ele subscritas, nos termos do Compromisso de Investimento, que será assinado por cada investidor na data de subscrição de suas Quotas, e (iii) receberá exemplar atualizado do Regulamento e deste Prospecto, quando deverá declarar, por meio da assinatura de termo de adesão ao Regulamento e ciência de risco, que está ciente das disposições contidas no Compromisso de Investimento, assim como no Regulamento e neste Prospecto, nos termos da regulamentação aplicável.

As Quotas representativas do Patrimônio Inicial que não forem subscritas até a Data de Encerramento para Subscrição da Primeira Emissão serão canceladas pelo Administrador.

4.9.6. Integralização das Quotas

As Quotas do Fundo serão integralizadas em moeda corrente nacional, pelo valor da Quota na data da integralização, conforme solicitação que venha a ser realizada pelo Administrador, de acordo com as instruções do Comitê de Investimento, aos Quotistas, de acordo com os procedimentos descritos abaixo.

Na medida em que o Comitê de Investimento (i) identifique oportunidades e/ou necessidades de investimento em Companhias Alvo e/ou nas Companhias Investidas, ou (ii) identifique necessidades de recebimento de aportes adicionais de recursos para pagamento de despesas e encargos, o Comitê de Investimento solicitará ao Administrador que notifique os Quotistas de tal necessidade e envie aos Quotistas Chamadas de Capital, mediante a integralização parcial ou total das Quotas que tenham sido subscritas por cada um dos Quotistas nos termos dos Compromissos de Investimento celebrados com o Fundo.

Ao receberem a Chamada de Capital, os Quotistas serão obrigados a integralizar parte ou a totalidade de suas Quotas em 7 (sete) dias úteis contados do envio, pelo Administrador, da respectiva Chamada de Capital, de acordo com o disposto nos respectivos Compromissos de Investimento.

O pagamento do Preço de Integralização deverá ser realizado em moeda corrente nacional, por meio de ordem de pagamento, débito em conta corrente, documento de ordem de crédito, ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil.

O procedimento disposto neste item será repetido para cada Chamada de Capital do Fundo, até que 100% (cem por cento) das Quotas representativas do Patrimônio Inicial subscritas pelos Quotistas tenham sido integralizadas pelos Quotistas.

Os Quotistas, ao subscreverem Quotas do Fundo e assinarem os Compromissos de Investimento, comprometer-se-ão a cumprir o disposto neste item “Integralização das Quotas” e com os respectivos Compromissos de Investimento, responsabilizando-se por quaisquer perdas e danos que venham a causar ao Fundo na hipótese de não cumprimento de suas obrigações nos termos deste item e dos respectivos Compromissos de Investimento, estando também sujeitos ao disposto no item “Inadimplência dos Quotistas” abaixo.

A integralização das Quotas representativas do Patrimônio Inicial deverá ser realizada no prazo máximo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias a contar da data de registro da Primeira Emissão na CVM, nos termos da regulamentação aplicável.

4.9.7. Negociação das Quotas e Direito de Preferência para Compra e Venda

As Quotas do Fundo serão registradas para negociação no sistema de negociação SOMA FIX, operacionalizado pela BOVESPA, podendo o Administrador registrar as Quotas para negociação no sistema de negociação BOVESPA FIX, também operacionalizado pela BOVESPA.

Caberá ao intermediário, no caso de operações de aquisição de Quotas nesses mercados, assegurar a condição de investidor qualificado do adquirente de Quotas. Em se tratando de negociação privada, o Administrador será responsável por comprovar a qualificação do investidor que estiver adquirindo Quotas do Fundo, de forma a cumprir com o disposto na Cláusula Dois do Regulamento.

Todo Quotista que ingressar no Fundo por meio de operação de compra e venda de Quotas deverá cumprir com os requisitos descritos no item 8.4.3. do Regulamento, sob pena de nulidade da operação de compra e venda de Quotas em questão.

Os Quotistas somente poderão alienar Quotas de sua titularidade a terceiros e/ou a outros Quotistas, na hipótese de tais Quotas encontrarem-se inteiramente integralizadas e em observância dos termos e condições do Regulamento e do Compromisso de Investimento.

Os Quotistas, ao ingressarem no Fundo, outorgar-se-ão reciprocamente o direito de preferência para a compra ou venda de Quotas de sua propriedade, em igualdade de condições e proporcionalmente à participação de cada um dos Quotistas na composição do Patrimônio Líquido do Fundo, no caso de qualquer Quotista pretender, de qualquer forma e sob qualquer hipótese, alienar tais Quotas a terceiros ou a outros Quotistas. Neste caso, deverão ser observados os seguintes procedimentos:

- (i) Caso algum dos Quotistas (o “Quotista Alienante”) deseje alienar a terceiros quaisquer Quotas de sua titularidade, o Quotista Alienante deverá comunicar aos demais Quotistas, por escrito, com cópia para o Administrador, o preço e as condições de pagamento que pretende obter de um terceiro como contraprestação à referida alienação de Quotas, além do nome e qualificação de tal terceiro comprador;
- (ii) Observado o disposto no item “Inadimplência dos Quotistas” abaixo, os demais Quotistas terão o prazo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da comunicação referida no inciso anterior, para, alternativamente, e por meio de comunicação por escrito ao Quotista Alienante, com cópia para o Administrador, (a) manifestar sua intenção de exercer o direito de preferência para aquisição das Quotas que forem objeto da comunicação recebida, hipótese em que a compra e venda das Quotas, nos mesmos termos e condições expressos na comunicação mencionada no inciso (i) acima, deverá ser efetivada dentro de 120 (cento e vinte) dias a contar dessa manifestação (“Direito de Compra”) ou (b) manifestar sua intenção de exercer o direito de preferência para venda de suas Quotas em conjunto com as Quotas que forem objeto da comunicação recebida, hipótese em que a venda de suas Quotas e das Quotas objeto da proposta de venda, nos mesmos termos e condições expressos na comunicação mencionada no inciso (i) acima, deverá ser efetivada dentro de 120 (cento e vinte) dias a contar dessa manifestação (“Direito de Venda”). Havendo vários Quotistas interessados, a quantidade de Quotas que cada um terá o direito de adquirir ou vender, conforme o caso, será proporcional à participação total dos Quotistas interessados no Patrimônio Líquido do Fundo;

- (iii) A falta de manifestação por qualquer dos outros Quotistas nos termos do inciso (ii) acima será equivalente a uma manifestação, por parte daquele(s) Quotistas, de que não pretendem exercer o direito de preferência que lhes cabe para aquisição ou venda das Quotas que forem objeto da comunicação inicial do Quotista Alienante, ficando o Quotista Alienante autorizado a promover a alienação a um terceiro, dentro de um prazo suplementar de 30 (trinta) dias, desde que por um preço e condições de pagamento não inferiores aos constantes da comunicação inicialmente efetuada aos outros Quotistas. Havendo dúvida ou divergência quanto à determinação do preço e condições de pagamento das Quotas (dentre os inicialmente comunicados aos outros Quotistas e os efetivamente negociados com um terceiro), a matéria será submetida à decisão final, vinculante e inatacável, de uma das 4 (quatro) maiores empresas internacionais de auditoria e/ou consultoria, escolhida pelo Quotista Alienante, às suas expensas;
- (iv) A partir do momento em que todos os Quotistas declararem que não pretendem exercer o direito de preferência que lhes cabe, nos termos deste item, ou na falta de manifestação tempestiva dentro dos 30 (trinta) dias acima referido, o Quotista Alienante poderá franquear a terceiros, mediante assunção de compromissos de confidencialidade, amplo acesso às informações de que tiver acesso sobre o Fundo e seus investimentos e sobre a composição da Carteira; e
- (v) Transcorrido o prazo de 30 (trinta) dias indicado no inciso (iii) acima, sem que as Quotas tenham sido alienadas, e continuando o Quotista Alienante interessado na transferência, deverá renovar o procedimento de oferta acima estabelecido.

Caso um Quotista venha a alienar suas Quotas a terceiros e/ou a outros Quotistas sem observância do disposto neste Prospecto e no Regulamento e sem comprovação, pelo Administrador, no caso de negociações privadas, ou, pelo intermediário, no caso de negociações de Quotas em mercado de bolsa ou de balcão organizado, de que o novo Quotista qualifica-se para ser investidor do Fundo, nos termos da Cláusula Dois do Regulamento, tal operação será nula e não surtirá quaisquer efeitos.

4.10. Condições de Amortização e Resgate das Quotas

O Administrador promoverá amortizações parciais e/ou total das Quotas, a qualquer momento durante o prazo de duração do Fundo, a exclusivo critério e mediante orientação do Comitê de Investimento, na medida em que o valor de ganhos e rendimentos do Fundo, em função de seus investimentos nos Valores Mobiliários e Outros Ativos, sejam suficientes para o pagamento do valor de todas as exigibilidades e provisões do Fundo.

Quaisquer distribuições a título de amortização de Quotas deverão abranger todas as Quotas do Fundo, em benefício de todos os Quotistas, ressalvada a hipótese de inadimplemento por parte do Quotista, nos termos do item “Inadimplência dos Quotistas” abaixo.

Para fins de amortização de Quotas do Fundo, será considerado o valor da Quota no dia anterior ao do pagamento da respectiva parcela de amortização. O valor da Quota para fins de pagamento de amortização

será aquele correspondente ao valor do Patrimônio Líquido do Fundo dividido pelo número de Quotas emitidas e em circulação na data anterior ao do pagamento da amortização.

Quando a data estipulada para qualquer pagamento de amortização aos Quotistas cair em dia não útil, na praça em que é sediado o Administrador, tal pagamento será efetuado no 1º (primeiro) dia útil seguinte, pelo valor da Quota em vigor no dia anterior ao do pagamento. Quando a data estipulada para qualquer pagamento de amortização aos Quotistas cair em dia não útil na praça em que é sediada a instituição financeira na qual o Quotista mantém conta corrente e/ou de investimento na qual serão depositados os valores referentes a pagamentos de amortizações de suas Quotas, o pagamento será efetuado no 1º (primeiro) dia útil seguinte, pelo valor da Quota original que seria atribuído ao Quotista, sem adição de qualquer remuneração ou ajuste.

Os pagamentos de amortização das Quotas serão realizados em moeda corrente nacional, por meio de ordem de pagamento, crédito em conta corrente, documento de ordem de crédito, ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil, a critério do Administrador.

Ao final do prazo de duração do Fundo, e/ou quando da liquidação antecipada do Fundo, todas as Quotas do Fundo deverão ter seu valor amortizado integralmente em moeda corrente nacional. Não havendo recursos em moeda corrente nacional suficientes para realizar o pagamento da amortização total das Quotas do Fundo em circulação à época da liquidação do Fundo, deverá ser adotado o seguinte procedimento:

- (i) o Administrador convocará uma Assembléia Geral de Quotistas, a qual deverá (a) decidir se pretende prorrogar o período de duração do Fundo, para que o Administrador tenha período adicional para liquidar os Valores Mobiliários e os Outros Ativos integrantes da Carteira do Fundo e, num segundo momento, liquidar o Fundo mediante a amortização de Quotas em moeda corrente nacional, ou (b) deliberar sobre procedimentos de dação em pagamento dos Valores Mobiliários e Outros Ativos do Fundo, para fins de amortização total das Quotas do Fundo ainda em circulação;
- (ii) na hipótese da Assembléia Geral de Quotistas referida acima deliberar não prorrogar o prazo de duração do Fundo e não chegar a acordo comum referente aos procedimentos de dação em pagamento dos Valores Mobiliários e Outros Ativos, tais Valores Mobiliários e Outros Ativos serão dados em pagamento aos Quotistas, mediante a constituição de um condomínio, cuja fração ideal de cada Quotista será calculada de acordo com a proporção de Quotas detida por cada Quotista sobre o valor total das Quotas em circulação à época, sendo que, após a constituição do referido condomínio, o Administrador estará desobrigado em relação às responsabilidades estabelecidas no Regulamento, ficando autorizado a liquidar o Fundo perante as autoridades competentes;
- (iii) na hipótese descrita no inciso acima, o Administrador deverá notificar os Quotistas, para que os mesmos elejam um administrador para o referido condomínio de Valores Mobiliários e Outros Ativos, na forma do Artigo 1.323, da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil Brasileiro), informando a proporção de Valores Mobiliários e Outros Ativos a que cada Quotista fará jus, sem que isso represente qualquer responsabilidade do Administrador perante os Quotistas após a constituição do condomínio de que trata o inciso acima;

- (iv) caso os Quotistas não procedam à eleição do administrador do condomínio referido acima, essa função será exercida pelo Quotista que detenha a maioria das Quotas do Fundo em circulação.

As Quotas do Fundo somente serão resgatadas na data de liquidação do Fundo.

4.11. Demonstrações Financeiras e Avaliação do Patrimônio Líquido do Fundo

O Fundo terá escrituração contábil própria, devendo as aplicações, as contas e as demonstrações contábeis do Fundo ser segregadas daquelas do Administrador, bem como do Custodiante.

O Fundo está sujeito às normas de escrituração, elaboração, remessa e publicidade de demonstrações contábeis determinadas pela CVM.

O exercício social do Fundo será do ano civil e encerrar-se-á em 31 de dezembro de cada ano.

As demonstrações contábeis do Fundo, elaboradas ao final de cada exercício social, deverão ser auditadas por auditor independente registrado na CVM.

O valor do Patrimônio Líquido do Fundo será calculado diariamente considerando os critérios estabelecidos abaixo.

No cálculo do valor da Carteira, os ativos integrantes da Carteira devem ser avaliados de acordo com os critérios contábeis correntes aplicáveis ao Fundo e descritos no Regulamento. Inicialmente, os ativos integrantes da Carteira do Fundo serão avaliados pelos preços transacionados no mercado, nos casos de ativos líquidos ou, quando preços de mercado não puderem ser aferidos, de acordo com os seguintes critérios:

- (i) Outros Ativos de renda fixa serão avaliados pelo valor de seu principal atualizado pelas respectivas remunerações, calculadas *pro rata temporis*, e deduzidas eventuais provisões de crédito;
- (ii) Valores Mobiliários serão avaliados pelo seu custo de aquisição; e
- (iii) quotas de fundos de investimento terão seu valor determinado pelo administrador do respectivo fundo.

Os Valores Mobiliários e os Outros Ativos que, na data de liquidação do Fundo, não tiverem sido alienados ou resgatados integralmente, nos respectivos prazos contratuais e/ou de vencimento, serão considerados, para efeito de cálculo do Patrimônio Líquido naquela data, como sem nenhum valor.

4.12. Inadimplência dos Quotistas

Caso algum Quotista deixe de cumprir, total ou parcialmente, sua obrigação de aportar recursos no Fundo, mediante integralização de Quotas por ele subscritas, conforme estabelecido no respectivo Compromisso de Investimento ("Quotista Inadimplente"), (i) o Quotista Inadimplente será responsável por quaisquer perdas e

danos que venha a causar ao Fundo, (ii) o Quotista Inadimplente terá seus direitos políticos e patrimoniais suspensos (voto em Assembléias Gerais, pagamento de amortização em igualdade de condições com os demais Quotistas, assim como direito de preferência para a aquisição de Quotas do Fundo), até que as suas obrigações tenham sido cumpridas, ou até a data de liquidação do Fundo, o que ocorrer primeiro. Caso o Quotista Inadimplente venha a cumprir com suas obrigações após a suspensão de seus direitos, conforme indicado acima, e desde que o Administrador não tenha tomado as providências referidas no item 8.6.2. do Regulamento e neste item, tal Quotista Inadimplente passará a ser novamente elegível ao recebimento de ganhos e rendimentos do Fundo, a título de amortização de suas Quotas, aos seus direitos políticos e seu direito de preferência para a aquisição de Quotas, conforme previsto no Regulamento.

Se o Administrador realizar amortização ou resgate de Quotas aos Quotistas do Fundo em período em que um Quotista esteja classificado como Quotista Inadimplente, os valores referentes à amortização ou ao resgate devidos ao Quotista Inadimplente serão utilizados pelo Administrador para o pagamento dos débitos do Quotista Inadimplente perante o Fundo. Eventuais saldos existentes, após a dedução de que trata este parágrafo, serão entregues ao Quotista Inadimplente, a título de amortização ou resgate de suas Quotas.

Independentemente do disposto no parágrafo acima, o Administrador poderá alienar as Quotas de titularidade de qualquer Quotista Inadimplente, de acordo com o disposto no respectivo Compromisso de Investimento, caso este não cumpra com suas obrigações previstas no respectivo Compromisso de Investimento, dentro do prazo de 10 (dez) dias contados de notificação, por escrito, a ser encaminhada pelo Administrador ao Quotista Inadimplente.

As Quotas de titularidade do Quotista Inadimplente que venham a ser alienadas pelo Administrador serão primeiro ofertadas aos demais Quotistas do Fundo, os quais terão direito de preferência para adquiri-las na proporção de seus investimentos no Fundo, observado o disposto neste item.

O produto da alienação das Quotas do Quotista Inadimplente lhe será entregue logo depois de deduzido o débito do mesmo para com o Fundo, nos termos do Compromisso de Investimento celebrado entre o Quotista Inadimplente e o Fundo.

4.13. Liquidação do Fundo e de seus Investimentos

A liquidação programada do Fundo será realizada de acordo com um dos procedimentos descritos a seguir, a critério do Comitê de Investimento, sempre levando em consideração a opção que possa gerar, na avaliação do Comitê de Investimento, maior resultado para os Quotistas:

- (i) venda dos Valores Mobiliários e dos Outros Ativos em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado, para aqueles Valores Mobiliários e para aqueles Outros Ativos admitidos à negociação em tais mercados, sendo que, com relação aos Outros Ativos, a decisão deverá ser tomada em conjunto com o Gestor;

- (ii) venda, por meio de operações privadas, dos Valores Mobiliários e Outros Ativos integrantes da Carteira do Fundo que não sejam admitidos à negociação em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado, sendo que, com relação aos Outros Ativos, qualquer decisão de venda deverá ser tomada em conjunto com o Gestor; ou
- (iii) na impossibilidade dos eventos descritos acima, entrega dos Valores Mobiliários e/ou dos Outros Ativos aos Quotistas, mediante observância do disposto no item “Condições de Amortização e Resgate das Quotas”.

Em qualquer caso, a liquidação de investimentos do Fundo será realizada com observância das normas operacionais estabelecidas pela CVM aplicáveis ao Fundo.

Após a divisão do patrimônio do Fundo entre os Quotistas, o Administrador promoverá o encerramento do Fundo, informando tal fato à CVM, no prazo estabelecido na regulamentação, e lhe encaminhando a documentação exigida, assim como praticará todos os atos necessários ao encerramento das atividades do Fundo perante quaisquer autoridades.

O Fundo poderá ser liquidado antes de seu prazo de duração na ocorrência das seguintes situações:

- (i) caso todos os Valores Mobiliários tenham sido alienados antes do prazo de encerramento do Fundo; e/ou
- (ii) mediante deliberação da Assembléia Geral de Quotistas, observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula Dez do Regulamento.

4.14. Assembléia Geral de Quotistas

As matérias de competência da Assembléia Geral de Quotistas do Fundo, bem como o quorum de instalação e de aprovação das Assembléias Gerais de Quotistas do Fundo para cada uma dessas matérias, encontram-se definidos na Cláusula Dez do Regulamento.

4.15. Situações de Conflitos de Interesses

Salvo aprovação de Quotistas reunidos em Assembléia Geral de Quotistas, será vedado ao Fundo adquirir Valores Mobiliários de emissão de Companhias Alvo e/ou de Companhias Investidas nas quais participem:

- (i) o Administrador, os membros do Comitê de Investimento e/ou Quotistas titulares de Quotas representativas de 5% (cinco por cento) do total das Quotas emitidas pelo Fundo, seus sócios e respectivos cônjuges, individualmente ou em conjunto, com percentual superior a 10% (dez por cento) do capital social votante ou total;
- (ii) quaisquer das pessoas mencionadas no inciso (i) anterior que:

- a. estejam envolvidas, direta ou indiretamente, na estruturação financeira da operação de emissão de Valores Mobiliários a serem adquiridos pelo Fundo, inclusive na condição de agente de colocação, coordenação ou garantidor da emissão; ou
- b. façam parte de conselhos de administração, consultivo ou fiscal da Companhia Alvo e/ou da Companhia Investida, antes da realização do primeiro investimento do Fundo na respectiva companhia.

Salvo aprovação da maioria dos Quotistas, é igualmente vedada a realização de operações, pelo Fundo, em que este figure como contraparte das pessoas mencionadas no inciso (i) acima, bem como de outros fundos de investimento ou carteira de valores mobiliários administrados pelo Administrador ou pelo Gestor, quando houver.

4.16. Política de Divulgação de Informações Relativas ao Fundo

O Administrador deverá divulgar a todos os Quotistas e à CVM qualquer ato ou fato relevante atinente ao Fundo, desde que não sejam informações sigilosas referentes às Companhias Alvo e às Companhias Investidas que tenham sido obtidas pelo Administrador sob compromisso de confidencialidade e/ou em razão de suas funções regulares enquanto membro ou participante dos órgãos de administração ou consultivos de qualquer Companhia Investida.

A divulgação de informações de que trata o parágrafo acima será feita no jornal Diário Mercantil do Rio de Janeiro, jornal utilizado para veicular as informações relativas ao Fundo, devendo todos os documentos e informações correspondentes ser remetidos à CVM na mesma data de sua divulgação. Tal divulgação será feita sempre no mesmo periódico e qualquer alteração deverá ser precedida de aviso aos Quotistas.

O Administrador do Fundo deverá remeter aos Quotistas e à CVM:

(i) trimestralmente, no prazo de 15 (quinze) dias após o encerramento do trimestre civil a que se referirem, as seguintes informações:

- (a) o valor do Patrimônio Líquido do Fundo;
- (b) o número de Quotas emitidas;

(ii) semestralmente, no prazo de 60 (sessenta) dias após o encerramento desse período, as seguintes informações:

- (a) a composição da Carteira, discriminando quantidade e espécie dos Valores Mobiliários que a integram;
- (b) demonstrações contábeis do Fundo acompanhadas da declaração que tais demonstrações foram elaboradas em consonância com o disposto no Regulamento e na regulamentação;

- (c) os encargos debitados ao Fundo, devendo ser especificado seu valor; e
- (d) a relação das instituições encarregadas da prestação dos serviços de custódia dos Valores Mobiliários integrantes da Carteira;

(iii) anualmente, no prazo de 90 (noventa) dias após o encerramento do exercício social, as seguintes informações:

- (a) as demonstrações contábeis do exercício acompanhadas de parecer do auditor independente;
- (b) o valor patrimonial da Quota na data do fechamento do balanço e sua rentabilidade no período; e
- (c) os encargos debitados ao Fundo, devendo ser especificado seu valor e percentual em relação ao Patrimônio Líquido médio anual do Fundo.

As informações prestadas pelo Administrador ou qualquer material de divulgação do Fundo não poderão estar em desacordo com o Regulamento ou com relatórios protocolados na CVM.

O Administrador deverá enviar simultaneamente à CVM exemplares de quaisquer comunicações relativas ao Fundo divulgadas para Quotistas ou terceiros.

4.17. Taxa de Administração e Encargos do Fundo

4.17.1. Taxa de Administração

Pela administração do Fundo, o Administrador fará jus à remuneração que contemplará uma Taxa de Administração equivalente ao percentual de 0,20% (vinte centésimos por cento) ao ano, calculado sobre o valor do Patrimônio Líquido do Fundo, apurado no último dia útil de cada mês. A Taxa de Administração será provisionada mensalmente e será paga ao Administrador no 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao dos serviços prestados.

4.17.2. Outros Encargos

Constituirão encargos do Fundo, além da Taxa de Administração, as seguintes despesas:

- (i) emolumentos e comissões pagos por operações de compra e venda de Valores Mobiliários e Outros Ativos integrantes da Carteira do Fundo;
- (ii) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais e municipais que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;
- (iii) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e periódicos, previstas no Regulamento e na regulamentação;
- (iv) despesas com correspondência do interesse do Fundo, inclusive comunicações aos Quotistas;

- (v) honorários e despesas dos auditores encarregados da auditoria anual das demonstrações contábeis do Fundo;
- (vi) honorários de advogados, custas e despesas correlatas incorridas em razão de defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, imputada ao Fundo, se for o caso;
- (vii) parcela de prejuízos eventuais não coberta por apólices de seguro e não decorrentes de culpa ou negligência do Administrador no exercício de suas funções;
- (viii) prêmios de seguro, bem como quaisquer despesas relativas à transferência de recursos do Fundo entre bancos;
- (ix) quaisquer despesas, sem limitação de valor, desde que inerentes à constituição, fusão, incorporação, cisão ou liquidação do Fundo e à realização de Assembléia Geral de Quotistas;
- (x) taxa de custódia dos Valores Mobiliários e Outros Ativos integrantes da Carteira do Fundo; e
- (xi) despesas sem limitação de valor, desde que inerentes à contratação de terceiros para prestar serviços legais, fiscais, contábeis e de consultoria especializada.

Quaisquer despesas não previstas como encargos do Fundo correrão por conta do Administrador, salvo decisão contrária da Assembléia Geral de Quotistas, observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula Dez do Regulamento.

O Administrador poderá estabelecer que parcelas da Taxa de Administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços que eventualmente tenham sido sub-contratados pelo Administrador, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da Taxa de Administração.

4.18. Regras de Tributação do Fundo e dos Quotistas do Fundo

O disposto neste item foi elaborado com base na legislação brasileira em vigor na data deste Prospecto e tem por objetivo descrever genericamente o tratamento tributário aplicável aos Quotistas do Fundo e ao Fundo, assumindo, para esse fim, que a Carteira do Fundo é composta por, no mínimo, 67% (sessenta e sete por cento) de Valores Mobiliários das Companhias Investidas, não listadas em bolsa de valores, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, e que o Fundo irá cumprir os limites de diversificação e as regras de investimento constantes da regulamentação estabelecida pela CVM. Existem algumas exceções e tributos adicionais que podem ser aplicados, motivo pelo qual os Quotistas do Fundo devem consultar seus assessores jurídicos com relação à tributação aplicável nos investimentos realizados no Fundo.

4.18.1. Tributação Aplicável aos Quotistas do Fundo

IOF/Títulos

As operações com as Quotas do Fundo podem estar sujeitas à incidência do IOF/Títulos, cobrado à alíquota máxima de 1% (um por cento) ao dia, limitado a um percentual do rendimento da operação, em função do prazo, conforme a tabela regressiva anexa ao Decreto n.º 4.494/02, sendo este limite igual a 0% (zero por cento) do rendimento para as operações com prazo igual ou superior a 30 (trinta) dias.

Em qualquer caso, a alíquota do IOF/Títulos pode ser majorada a qualquer tempo, por ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,50% (um inteiro e cinquenta centésimos por cento) ao dia.

IOF/Câmbio

Conversões de moeda estrangeira para a moeda Brasileira, bem como de moeda Brasileira para moeda estrangeira, porventura geradas no investimento em Quotas do Fundo, estão sujeitas ao IOF/Câmbio. À exceção de situações bastante específicas e não aplicáveis ao caso, a alíquota do IOF/Câmbio, atualmente é de 0% (zero por cento). De toda forma, a alíquota do IOF/Câmbio pode ser majorada a qualquer tempo por ato do Poder Executivo, até o percentual de 25% (vinte e cinco por cento), relativamente a transações ocorridas após este eventual aumento.

Imposto de Renda

O Imposto de Renda aplicável aos Quotistas do Fundo tomará por base (i) a residência dos Quotistas do Fundo: (a) no Brasil; e (b) no exterior; e (ii) três eventos financeiros que caracterizam o auferimento de rendimento e a sua conseqüente tributação: (a) a cessão ou alienação de Quotas; (b) o resgate de Quotas do Fundo; e (c) a amortização de Quotas do Fundo.

I. Quotistas do Fundo Residentes no Brasil

Os ganhos e rendimentos auferidos nas Quotas do Fundo serão tributados pelo imposto de renda, à alíquota de 15% (quinze por cento). Adicionalmente, sobre os ganhos em ambiente de bolsa, mercado de balcão organizado ou mercado de balcão não organizado com intermediação, haverá retenção do Imposto de Renda, à alíquota de 0,005% (cinco milésimos por cento).

II. Quotistas do Fundo Residentes no Exterior

Aos Quotistas do Fundo residentes e domiciliados no exterior, por ingressarem recursos no Brasil por intermédio dos mecanismos previstos na Resolução 2.689 ("Quotistas Qualificados"), é aplicável tratamento tributário específico determinado em função de residirem ou não em país ou jurisdição que não tribute a renda ou capital, ou que a tribute a alíquota máxima inferior a 20% (vinte por cento) ou, ainda, cuja legislação

interna oponha sigilo relativo à composição societária de pessoas jurídicas ou à sua titularidade localidade ("Paraíso Fiscal").

II.a. Quotistas Qualificados Não Residentes em Paraíso Fiscal

Os ganhos e rendimentos auferidos nas Quotas do Fundo serão tributados pelo Imposto de Renda à alíquota zero. Este tratamento tributário privilegiado não se aplica na hipótese de o respectivo Quotista deter, isoladamente ou em conjunto com pessoas a ele ligadas, 40% (quarenta por cento) ou mais da totalidade das Quotas do Fundo ou cujas Quotas lhe derem direito ao recebimento de rendimento superior a 40% (quarenta por cento) do total de rendimentos auferidos pelo Fundo, ou em caso do Fundo deter em sua carteira, a qualquer tempo, títulos de dívida em percentual superior a 5% (cinco por cento) de seu patrimônio líquido (ressalvados desse limite as debêntures conversíveis em ações, os bônus de subscrição e os títulos públicos). Nestes casos, os ganhos auferidos na cessão ou alienação das Quotas serão tributados pelo Imposto de Renda à alíquota máxima de 15% (quinze por cento), a depender da forma como for conduzida a operação.

II.b Quotistas Qualificados Residentes em Paraíso Fiscal

Os Quotistas Qualificados Residentes em Paraíso Fiscal, não se beneficiam do tratamento descrito no item II.a, sujeitando-se ao mesmo tratamento tributário quanto ao Imposto de Renda aplicável aos Quotistas do Fundo residentes no Brasil.

CPMF

A CPMF incide nas aquisições das Quotas do Fundo efetuadas com recursos detidos pelos (i) Quotistas do Fundo residentes no Brasil (a) nas contas correntes de depósito à vista, à alíquota de 0,38% (trinta e oito centésimos por cento); ou (b) nas contas investimento, à alíquota de 0% (zero por cento); e (ii) Quotistas do Fundo residentes no exterior, em contas de sua titularidade, até o limite dos valores ingressados, registrados no Banco Central do Brasil.

4.18.2. Tributação Aplicável ao Fundo

IOF/Títulos

As aplicações realizadas pelo Fundo estão sujeitas atualmente à incidência do IOF/Títulos à alíquota de 0% (zero por cento), sendo possível sua majoração a qualquer tempo, mediante ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,50% (um inteiro e cinquenta por cento) ao dia.

Imposto de Renda

Os rendimentos e ganhos apurados nas operações da carteira do Fundo são isentos do Imposto de Renda.

CPMF

As operações realizadas pelo Fundo, desde que relacionadas em Portaria emitida pelo Ministro da Fazenda, incluindo a movimentação da carteira e o pagamento realizado pelo Fundo no resgate das Quotas, estão sujeitas à incidência de CPMF à alíquota de 0% (zero por cento).

4.19. Atendimento aos Quotistas

Para solicitar maiores informações sobre o Fundo, os possíveis investidores e os Quotistas poderão entrar em contato com o Administrador no seguinte endereço:

Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Avenida Presidente Wilson, n.º 231, 11º andar

Rio de Janeiro – RJ

At.: Sra. Simone Rosa

Tel.: (21) 3974-4535

Fax.: (21) 3974-4501

Correio Eletrônico: clientservice@mellonbrasil.com.br

Website: <http://www.mellonservicosfinanceiros.com.br>

5. ANEXOS

ANEXO I AO PROSPECTO

Cópia da Deliberação de Constituição do Fundo

ANEXO II AO PROSPECTO

Cópia do Regulamento do Fundo em vigor na data deste Prospecto

ANEXO III AO PROSPECTO

Declaração do Administrador